

Titulo: Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro

Autores: Carla Curty (LEMA/IE/CCJE/UFRJ)¹, Maria Malta (LEMA/ IE/ CCJE/ UFRJ)² e Bruno Borja (LEMA/ IE/ CCJE/ UFRJ)³

Resumo: O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma profusão de tentativas de dar um significado autônomo à sociabilidade que funcionava no interior das fronteiras do que se entendia como Brasil, visando descobrir o sentido do Brasil. Tomando como referência o tempo histórico entre os movimentos abolicionistas e a Era Vargas, objetivo deste texto é recuperar no pensamento dos intérpretes do Brasil os elementos da configuração das estruturas econômico-sociais brasileiras que ganham centralidade em suas visões sobre o Brasil e influenciam a origem do pensamento econômico brasileiro.

Palavras chave: intérpretes do Brasil; história do pensamento econômico brasileiro; estruturas econômico-sociais.

Abstract: The late nineteenth and early twentieth century were marked by a profusion of attempts to give meaning to the sociability existing within the boundaries of what was understood as Brazil, aiming discover the meaning of Brazil. Taking the historical time between abolitionist movements and the Vargas Era as reference, this paper aims to recover in the thought of the interpreters of Brazil the configuration elements of Brazilian economic and social structures that gained centrality in their views and influenced the origin of Brazilian economic thought.

Key words: interpreters of Brazil; Brazilian history of economic thought; economic and social structures.

Área: 1. História Econômica e Demografia Histórica

¹ Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA/ IE/ CCJE/ UFRJ) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/ UFRJ).

² Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia e do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutor pelo Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro

“A publicação de um livro não pode ser abordada como um evento, mas sim o resultado de um processo histórico”.

Tamas Szmrecsányi (1999)

Introdução:

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança.

Podemos indicar dois momentos históricos fundacionais referidos a problemáticas concretas que colocam a sociedade brasileira em posição crítica em relação à própria realidade e provocam um pensamento brasileiro desenvolvido a partir da reflexão sobre sua condição social e processo de formação histórica. Estes momentos são, no final do século XIX, o da abolição da escravidão, solapando as bases da forma política do Império e, no início do século XX, a transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial, tendo como ponto de referência a década de 1930.

Em ambos os casos tratam-se de épocas em que o processo de transformação produtiva teve implicações definitivas na estruturação da sociedade brasileira. No primeiro caso, a abolição da escravidão significava ao mesmo tempo uma gigantesca expropriação de capital em toda sociedade e a necessidade de se estabelecer um novo quadro de relações político-jurídicas sobre o trabalho no país. Era o reconhecimento concreto de que existia uma classe trabalhadora no Brasil, que era de fato a maior parte da população e que vinha sendo explorada de forma aviltante, inclusive em sua humanidade. Os trabalhadores conquistaram sua liberdade pessoal, passaram formalmente a ter direito a voz, a frequentar escolas, a formular e apresentar propostas de mudança social, mas ainda lhes faltava obter efetivamente todos estes direitos. Por isso a luta por seus direitos, no caminho da libertação efetiva, tinha que continuar⁴.

No segundo caso, a transformação social em curso tinha como origem a transmutação do capital agrário em capital industrial, o que implicava em uma reorganização da tradicional sociedade rural brasileira, se tornando progressivamente uma sociedade urbana, questionando todas as relações sociais predominantes e difundindo dentro das fronteiras brasileiras o padrão industrial das relações sociais capitalistas, inclusive naquilo que concerne às lutas por direitos do trabalhador.

Além disso, o movimento que se desenrola no Brasil diz respeito à percepção dos limites do que Polanyi (1942) já indicou como uma das quatro instituições sustentadoras da civilização do século XIX: o Estado liberal, acompanhado da instituição do mercado auto-regulável. A percepção destes limites levou o pensamento brasileiro à controvérsia da fundação de um Estado assentado, efetivamente, sobre a sociedade brasileira. É neste bojo que se desenrola o necessário debate sobre processo de formação econômico-social no Brasil.

Assim, nosso objetivo neste texto é recuperar no pensamento dos intérpretes do Brasil dos dois períodos mencionados os elementos da configuração das estruturas econômico-sociais brasileiras que ganham centralidade em suas visões sobre o Brasil e influenciam a origem do

⁴ Uma boa referência sobre história das lutas dos trabalhadores brasileiros desde o início do século XX está em Mattos (2009).

pensamento econômico brasileiro.

1. A noção de intérprete do Brasil

Coutinho ([1988] 2011, p.201) identifica o “mal estar” do final do século XIX e do início do século XX no Brasil, afirmando algo que vale para todo o pensamento radical⁵ desta época. Coutinho afirma que mesmo quando trata do passado, aquele pensamento tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica para ele, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente. Ainda que muito poucos autores da época possam reivindicar a dialética como lógica, não é difícil identificá-la, como uma invasão da lógica da história real, objeto do trabalho destes autores, no seu pensamento e formulação. Isto é, entender o presente como história significa ressaltar o caráter processual da realidade contemporânea, impregnada do passado e prenhe do futuro, e esta necessidade imperiosa dos autores que buscavam interpretar o Brasil os fizeram vítimas da dialética, apesar de seus métodos muitas vezes autodeclarados essencialmente positivistas.

A primeira geração destes intérpretes está preocupada com a gestação do Brasil republicano, da barriga do império escravocrata, como uma formação que precisava finalmente dar conta de sua identidade nacional não-colonial. Esta é a geração de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Castro Alves, Euclides da Cunha e Machado de Assis. Em Nabuco e Euclides, percebe-se o importante questionamento do *status quo*, posteriormente identificado pelos modernistas como *macaqueador*⁶ do pensamento europeu ou da República Federativa dos Estados Unidos da América. Esta geração trazia à tona a inadequação das instituições brasileiras a sua realidade social, fruto de um pensamento formulador totalmente copista (como descrevia Euclides quando se referia às populações do litoral⁷), ou decadente e dependente, como classificava Nabuco (1884).

A geração dos anos 1920/30 tem como ansiedade principal, em suas diferentes orientações teórico-políticas, a tentativa de compreender a formação sócio-econômica do Brasil no contexto do início da transição de uma sociedade agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. Esta geração formada pelos autores modernistas, na literatura, encontrava interseções com os pensadores das estruturas sociais, como no caso de Sergio Buarque de Holanda. Deste grupo também fizeram parte autores mais conservadores, como Gilberto Freyre, mas cuja postura de revelação do padrão da formação social tornava radical. Vale destacar também a presença de autores como Caio Prado Júnior que pode ser identificado como o autor que primeiro aplicou o marxismo para a análise do Brasil. Todos estes pensadores denunciavam a desconexão das formas institucionais vigentes no Brasil em relação à sociedade que efetivamente existia e produzia suas relações sociais em território brasileiro.

O campo que ficou conhecido como *interpretações do Brasil* apareceu, conforme destaca Bernardo Ricupero (2008, p. 21), exatamente neste período iniciado com o debate abolicionista e republicano, na décadas de 1870/80, e fechado com o estabelecimento e o desenvolvimento mais

⁵ Antônio Cândido, em seu artigo “Radicalismos” de 1986, estabelece uma categorização dos pensadores no Brasil como podendo pertencer a três categorias segundo seu posicionamento político-social. Para Cândido os pensadores poderiam ser conservadores, revolucionários ou radicais. Para ele o pensamento radical é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, é um pensamento gerado na pequena burguesia e em setores esclarecidos das classes dominantes que se identifica, em parte com os interesses das classes trabalhadoras, mas que se opõe a sua classe apenas até certo ponto. O radical pensa os problemas e as soluções na escala da nação como um todo, passando por cima do antagonismo entre classes. Ainda assim, Cândido afirma que o radical teve por muitas vezes papel transformador no pensamento brasileiro, pois foi capaz de avançar realmente, ainda que até certo ponto, e/ou servir de fermento transformador em alguns contextos.

⁶ Sergio Buarque de Holanda populariza esta terminologia pra referência ao pensamento da elite brasileira em seu artigo *Ariel*.

⁷ Ver Cunha (1902, seção II, item V). Para uma análise das implicações do termo ver Lima (2009).

amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/30. Neste período surgiram diversos autores que se debruçaram sobre questões como: *Quem somos? Para onde vamos? De onde viemos? Há possibilidades de mudanças de nossa trajetória? Se há, como mudá-la?*

Também é possível identificar nestes autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isto é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico, por exemplo. Geralmente suas obras tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste balanço histórico e do processo de formação contribuíram para a construção do Brasil – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

É importante notar que estas obras são caracterizadas pelo gênero mais narrativo e amplo, conhecido como *ensaístico*. Não à toa começam a perder espaço com o desenvolvimento da universidade e do meio acadêmico no Brasil a partir dos anos 1930. Neste período, há uma mudança no estilo de escrita analítico sobre o Brasil (RICUPERO, 2008, p. 22), com enfoque maior em monografias a respeito de temas mais específicos⁸.

Tal movimento tem relação com o desenvolvimento da universidade no Brasil após 1930 quando há uma diminuição do interesse por estes temas em virtude de um progressivo processo de especialização nas ciências sociais. Este processo de fracionamento do conhecimento e das suas áreas acabou por dificultar ou afugentar a produção de análises mais ampliadas dos processos históricos, sociais, econômico, políticos e culturais brasileiros. Isto não significa uma negação do espaço acadêmico como um espaço relevante para a compreensão do Brasil, mas sim da abertura de um debate sobre o que é este espaço, sobre como se constitui a produção do conhecimento e sobre as possibilidades – possivelmente limitadoras – que análises não-totalizantes podem trazer. As palavras de André Botelho (2008) podem colocar luz nesta questão:

“O que está em jogo na pesquisa das interpretações do Brasil, então, é a constituição de um campo problemático, historicamente bem situado, como condição para que se possa, inclusive, investigando o seu *sentido* particular, dar-lhes os desdobramentos que o nosso próprio tempo torna necessários (...) Porque, afinal, podemos identificar (e nos identificarmos) nas ‘interpretações do Brasil’ proposições cognitivas e ideológicas que *ainda* nos dizem respeito, já que o processo social por elas narrado (...) permanece, ele mesmo, em vários sentidos em aberto (...). Do ponto de vista teórico-metodológico, embora sejam inegáveis os ganhos epistemológicos das ciências sociais institucionalizadas como disciplina acadêmica, não existem razões suficientes para superestimá-los como se tivessem permitido resolver de modo permanente os problemas que os ensaístas ou os cientistas sociais das gerações anteriores levantaram” (BOTELHO, 2008, p. 16-17)

Nosso ponto é que um intérprete do Brasil tem atrás de si uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. Desta forma, não se pretende afirmar que nos anos 1870/80 ou nos anos 1920/30 se apresente o primeiro pensamento propriamente brasileiro, autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais. O que se pretende é identificar um tipo de interpretação que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar analisar e compreender o Brasil e sua formação. Ou ainda, desejamos afirmar que os autores destes estudos devem ser entendidos como intérpretes do Brasil, por colocarem a formação da nação em perspectiva histórica: captando o sentido de formação do passado, analisando a conjuntura presente e apresentando um programa político para o futuro. Neste processo estes autores constroem uma interpretação do Brasil.

⁸ No período posterior à década de 1930 ainda surgiram dois movimentos de interpretações no Brasil: por um lado, autores como Raymundo Faoro (1958), Florestan Fernandes (1973) e Darcy Ribeiro (1968; 1995) seguiram escrevendo a respeito de temáticas mais amplas, no que pode ser encaixado dentro do gênero ensaístico; por outro, autores como Celso Furtado (1958) e Antonio Candido (1959) abordaram, ainda com a perspectiva de análise do processo de formação do Brasil, mas em campos do conhecimento mais específicos, como a economia e a crítica literária, respectivamente.

Cabe ainda a nós a proposição de mais uma hipótese: se o cerne do movimento interpretativo destes autores é a produção e as relações sociais estruturais e superestruturais a ela relacionadas, poderíamos identificar este momento como fundacional do pensamento econômico brasileiro.

2. A questão do método e do objeto do pensamento econômico brasileiro

De partida, é necessário caracterizar o referencial utilizado para a análise da história do pensamento econômico e, portanto, para a análise da história do pensamento econômico brasileiro: parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual, no qual as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos estabelecem forte influência sobre a sua formulação (ainda que não seja necessariamente um movimento consciente por parte do sujeito que desenvolve o pensamento)⁹. Neste sentido, o sujeito formula um pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até o período em que ocorre esta formulação e se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada pela concepção de mundo do sujeito que formula o pensamento e está condicionado a determinados contextos históricos concretos e específicos. O movimento histórico (pensamento e realidade) permite a formulação de interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Deste conflito nascem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação. Isto é, a história do pensamento econômico pode ser contada como a história das controvérsias¹⁰ sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política¹¹, sendo o processo de construção desta história do pensamento continuamente marcado por rupturas e disputas teóricas¹². Em síntese, trata-se de uma proposta de análise em história do pensamento econômico que tem como principal referência o materialismo histórico-dialético¹³.

Outro ponto fundamental a ser destacado é o conceito de pensamento econômico com que se trabalha. Pensamento econômico é aquele que se propõe a compreender a realidade social e identificar as leis de movimento da formação histórico-social capitalista ou da economia monetária da produção, ou ainda do estágio da sociedade em que haja plena divisão do trabalho e tenha Estado Nacional Moderno como forma política predominante. De maneira objetiva Teixeira (2011) delimita o objeto do pensamento econômico:

⁹ Para uma análise mais desenvolvida a respeito da construção do pensamento e da história do pensamento econômico como um reflexo da interação complexa entre movimento histórico concreto, as visões de mundo, elementos sociais, políticos, históricos e ideológicos de cada sujeito e as formulações teóricas existentes ver Curty (2012).

¹⁰ Esta visão de história do pensamento econômico representa uma posição muito diferente da apresentada pela visão mais tradicional e difundida neste campo, que estabelece a história do pensamento econômico como um processo contínuo, linear e evolutivo, no qual o pensamento contemporâneo seria a expressão mais desenvolvida do pensamento desenvolvido até então. Para maiores desenvolvimentos acerca das diferenças entre a visão tradicional da história do pensamento econômico e o debate crítico neste campo, ver Malta (2005).

¹¹ À respeito da formulação deste método em história do pensamento econômico, ver Malta *et alli* (2011).

¹² “Por sua vez, todo o debate crítico de HPE se estrutura em torno da noção de ruptura teórica (Malta, 2005). Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está, fundamentalmente, em desmistificar a ideia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).” (MALTA *et alli*, 2011, p. 32-33)

¹³ Afinal, “as ideias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.” (MALTA *et alli*, 2011, p. 34)

“Essa visão da economia política entende o capitalismo como uma formação social histórica e socialmente determinada, reconhecendo que não pode haver economia política – ou sua crítica – onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca. E mais: como o capitalismo instaura, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma de organização social na qual ‘o poder social torna-se o poder privado de particulares’, também não pode haver economia política ali, onde não se constituiu o Estado capitalista.” (TEIXEIRA, 2011, p. 330-331)

Trata-se de pensar as questões ligadas aos elementos estruturais da produção: a tecnologia, o trabalho e a disponibilidade de recursos naturais, em associação com os elementos ligados à organização da sociedade em uma divisão de classes. Os autores que se debruçam sobre as análises da estrutura produtiva também acabam desenvolvendo análises que versam sobre as expressões da estrutura, ou seja, as questões da distribuição da riqueza entre as classes; as questões da acumulação da riqueza e suas diferentes formas; assim como as questões das expressões do valor. A forma como os autores abordam estas questões variam enormemente, conforme foi afirmado anteriormente, pois variam suas visões de mundo e seus desenvolvimentos teóricos de referência são distintos. Neste movimento de análise destaca-se que o enfoque que volta-se, conforme afirma José Roberto do Amaral Lapa (1980, p. 14) “ora para as relações sociais de produção, ora para a trama das forças produtivas, percorrendo as etapas de produção, distribuição, circulação e consumo do seu sistema de produção”. É importante destacar que neste movimento analítico de construção do pensamento econômico está presente a noção de pensar o conjunto que engloba a estrutura econômica de uma determinada sociedade e seu processo de formação social de maneira indissociável, totalizante.

O pensamento econômico brasileiro não é diferente. Ainda que os autores tenham em comum a história contada pelas estruturas produtivas e sociais, suas obras são marcadas por visões de mundo que recortam de modos diferentes a realidade sobre a qual escrevem.

Se tomarmos emprestado de Ricupero (2008) a ideia de que a formação seja um tema recorrente em um país com passado colonial e persistente situação de dependência, e se somarmos a noção de que a missão intelectual de um intérprete do Brasil é compreender a formação da nação em perspectiva histórica, para captar o sentido de formação do passado, analisar a conjuntura presente e apresentar um programa político para o futuro, encontramos um típico desafio de cientista social em geral, e de economista marxista, em particular: compreender a realidade para transformá-la.

É bem verdade que no caso brasileiro esta missão intelectual não foi tomada apenas, e nem mesmo em sua maioria, por autores marxistas. Nem por isso os trabalhos desenvolvidos pelos intérpretes do Brasil deixam de ter seu viés radical, na medida das questões que se propõem a responder. Mesmo assim, tomar como objeto o pensamento econômico brasileiro e afirmar o método do materialismo histórico-dialético como referência é buscar uma forma de análise do pensamento brasileiro muito poucas vezes utilizada, em especial no campo da economia política.

Por outro lado, a preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. Por isso as interpretações do Brasil são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre esta estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social¹⁴ que necessariamente compõem seu objeto. Assim, as tentativas de interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e a crítica.

¹⁴ A leitura de Marx e Engels (1959) revelará a referência do raciocínio.

Conforme já mencionado, o recorte de Candido (1986) apresenta o radicalismo brasileiro como um conjunto de ideias e atitudes formando um contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou no Brasil. Esta versão de radicalismo à brasileira inclui a definição de um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes em oposição ao modo conservador.

3. Os primeiros intérpretes e as origens do pensamento econômico brasileiro

O radicalismo contido nas interpretações do Brasil revela-se na preocupação desde autores com a formação da nação Brasileira. Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresentava dentro de nossas fronteiras de Estado Nacional. A realidade, a base material, tinha que ser o ponto de partida destes autores e o foi.

Nesta perspectiva escolhemos autores representativos das duas gerações mencionadas para destacar como seu pensamento pode ver visto como portador de elementos fundantes do pensamento econômico brasileiro.

3.1 A primeira geração de intérpretes: Abolicionistas e a classe trabalhadora:

Joaquim Nabuco foi o abolicionista mais referido em seu tempo, apesar de ter feito parte de um movimento muito mais amplo que possuía facetas mais estremadas e mais moderadas que a posição que assumia.

Nascido em 1849 em Pernambuco, ano seguinte e local da Revolução Praieira, a última das revoltas provinciais de caráter liberal, foi filho de uma família abastada, dona de terras e escravos, e que frequentava os salões da corte. No entanto era um jovem de seu tempo, formado em direito no seio da doutrina liberal e americanista que frequentava os debates de sua geração¹⁵. Na faculdade de Direito em São Paulo foi colega de sala e debate de Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Porém, acabou por transferir-se para a Faculdade de Direito do Recife para terminar seus estudos e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor.

Mesmo sendo queridinho dos salões do império, tal atitude criou um grande oposição da elite local ao seu trabalho e seu pensamento só conseguindo emprego em 1876 quando foi nomeado para posto diplomático por intermédio da mãe. Porém, o movimento da realidade brasileira o colocou no centro da ação nos anos posteriores quando foi eleito deputado pelo partido liberal e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Assim ele aprofundou as divergências com o seu partido e inviabilizou a sua reeleição.

Sem mandato, foi passar uma temporada em Londres onde escreveu *O Abolicionismo* e se preparou para em 1885 eleger-se para um novo mandato como abolicionista e monarquista federalista, tomando o modelo liberal inglês como referência política.

Em *O Abolicionismo* Nabuco denuncia o senso comum sobre a escravidão no Brasil no século XIX. Afirmava que se encontrava nos jornais e em toda a sociedade “declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados prefeririam o cativo à liberdade; (...)” (Nabuco, 1884 [2012], p.97) e acidamente concluía “(...) o que tudo prova, apenas, que os jornais não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles.” (Nabuco, 1884 [2012], p.97).

Este é o ponto de partida para uma reflexão que contribuirá de forma decisiva para a

¹⁵Geração 1868-78: Machado de Assis (1839-1908), André Rebouças (1838-1898), José Maria Paranhos Junior – o Barão do Rio Branco (1845-1912), Tobias Barreto (1839-1923) e Castro Alves (1847-1871).

compreensão do que era e do que poderia ser uma nação brasileira marcada pelo signo da escravidão. Para Nabuco, um país cujos principais produtores da riqueza e a maior parte da população era formada por “uma classe sem direito algum: a dos escravos¹⁶” (op.cit, p.98) estaria condenada à decadência.

Seu argumento para justificar esta afirmação toma a aparente brandura da escravidão no Brasil como ponto de partida afirmando que esta impressão se deve muito menos à fantasia de os senhores serem bons e a escravidão ser diferente por aqui, a verdade, afirma Nabuco, é que a escravidão é a mesma, e quanto à bondade dos senhores esta não passa de resignação dos escravos. “Ela [a escravidão] só pode ser administrada com brandura relativa quando os escravos obedecem cegamente e sujeitam-se a tudo; a menor reflexão desperta em toda sua ferocidade o monstro adormecido. É que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem.¹⁷” (Nabuco, 1884 [2012], p.105).

O grande problema para a nação é que este escravo é a maior classe formadora do povo brasileiro e sua condição de submissão ao terror e à falta de qualquer tipo de direito não é nociva e destruidora apenas a si própria. A primeira “vingança das vítimas” da escravidão é que os principais habitantes, o futuro do povo brasileiro seria composto na sua maioria de descendentes de escravos. Em segundo lugar, a escravidão não era nociva apenas ao escravo que tornava-se submisso, servil e sem ímpeto de vida, mas os senhores, os brancos também se degradavam pela brutalização de seus costumes da relação com os escravos. Nas palavras do autor: “... o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão; a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra” (op.cit. p.107).

Além disso, alertava que o escravo era o grande sustentador da produção no Brasil e não apenas nas fazendas. Era o escravo quem cuidava da família do senhor, quem ensinava seus filhos, quem transmitia parte relevante da moral e dos costumes aos cativos e aos livres.

O território também sofria com a organização escravista da produção, pois o regime da terra sob a escravidão era uma divisão de todo solo explorado em certo número de grandes propriedades que caracterizava como verdadeiras colônias penais, refratárias ao progresso, espaços senhoriais em que imperava uma só vontade, a do senhor. O problema desta construção social identificado por Nabuco é que esta estrutura se mantém pela dependência e por isso não pode buscar progredir ou beneficiar à população livre que nela mora sob o risco de destruir a base social sobre a qual se assenta. Assim, o território tende a criar formações isoladas e autossuficientes em um nível de subsistência muito básico, com poder descentralizado local e refratários ao funcionamento e às normas do Estado Nacional. Gestando uma nação em que faltam centros locais e cidades, havendo um embotamento do comércio e profissões liberais, nem espaço para as classes médias.

Unindo estes fatores em sua análise, o abolicionista aponta para uma síntese sobre a economia de uma nação escravista afirmando que “(...) o resultado final daquele sistema [escravista] é a pobreza e a miséria do país. Nem é de admirar que a cultura do solo por uma classe sem interesse algum no trabalho que lhe é extorquido dê estes resultados” (Nabuco, 1884 [2012], p.116).

Assim, podemos afirmar que Nabuco contribui e influencia o pensamento econômico brasileiro na medida em que identifica na forma da organização do trabalho a fonte das mazelas e das possibilidades de melhoria da formação social e econômica do Brasil.

3.2 - A segunda geração: os demiurgos e centralidade das relações sociais de produção

¹⁶Nabuco (1884) nos informa que não há menção aos escravos em qualquer código da nação, seja na constituição de 1824 ou em qualquer outro ponto da legislação. Não havia nem mesmo um código negroiro.

¹⁷ “Suponha que duzentos escravos de uma fazenda não queiram trabalhar; o que pode fazer um bom senhor para forçá-los ao serviço? Castigos moderados talvez não deem resultados: o tronco, a prisão não preenchem o fim que é o trabalho (...) está assim o bom senhor entre a alternativa de abandonar seus escravos, e a de subjugá-los por um castigo exemplar infligido aos principais dentre eles”(Nabuco, 1884 [2012], p.105)

A geração seguinte vai discutir o Brasil republicano que, influenciado pela recente Primeira Guerra Mundial e pela crise de 1929, começa a organizar no entorno das cidades da República pequenas manufaturas de produção de bens de consumo dos trabalhadores tais como têxteis, alimentos processados e olarias. A discussão dos intérpretes deste período já ganha a dinâmica daquilo que Francisco de Oliveira e Antônio Candido acabaram por intitular de demiurgos do Brasil. A ideia de demiurgos considera que estes autores estariam discutindo um novo Brasil, um Brasil que se pretendia na rota de tornar-se um país majoritariamente urbano e industrial.

A tríade tradicionalmente eleita para representar os intérpretes desta geração são Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Em comum estes autores possuem a eleição de um ponto de partida para buscar compreender o Brasil: a colonização portuguesa. Nenhum deles vai buscar as origens do Brasil que representam em seus respectivos presentes nos povos originários existentes em nosso território quando os portugueses chegaram. Esta opção relava um entendimento específico do que deve ser considerado como origem do Brasil: ocupação portuguesa nos trópicos, seja ela “cordial” como quer Sergio Buarque, seja ela exploratória como aponta Caio Prado.

O presente descrito por cada um destes intérpretes já é diferente do Brasil da época da colonização portuguesa, porém todos buscar mostra seu presente como um momento de crise. Enquanto Gilberto Freyre fala de uma nação patriarcal em ameaça por conta de uma “reuropeização” do país, uma tentativa de importar as formas sociais e políticas vigentes na Europa do início do século XX e que não correspondiam ao processo histórico vivido pelo Brasil. Sergio Buarque descreve um país em crise por estar em contradição entre o que é e o que precisa ser. O Brasil de Buarque de Holanda é um território de desterro do europeu que se constitui enquanto homem cordial aqui e organiza-se pelo personalismo, patriarcalismo e autoritarismo, porém precisa ser uma democracia. Caio Prado ainda afirma algo diferente sobre a crise que também identifica no presente do país. Caio Prado indica haver um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e a nova necessidade de uma nação livre e politicamente emancipada, uma verdadeira contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Mais interessante ainda é o futuro imaginado como a verdadeira nação brasileira por estes autores. Gilberto Freyre aponta que a revelação do que é o verdadeiro Brasil está posta e é a sociedade patriarcal a ser recuperada de nossas origens coloniais, já adaptadas pelo tempo de relação entre as várias raças na forma de produção social da vida no Brasil, o que ocorreu de forma original e diferente da Europa. Sergio Buarque de Holanda olha para nosso passado de forma muito semelhante à Freyre. Seu homem cordial tem vários pontos de contato com o senhor da Casa Grande do pernambucano, no entanto afirma não haver ônus em perder as raízes do Brasil para que este país possa constituir-se como um espaço democrático verdadeiramente nacional, no sentido de criar o urbano e o público como os espaços da política, o que não derivará imediatamente de suas raízes. Caio Prado, por sua vez, radicaliza a ideia de que não há nação no Brasil, seu ponto é que nosso futuro precisa ser democrático e nacional, temos que fazer uma revolução brasileira para constituir a nação, o que em seu tempo não existiria por termos organizado toda a vida orgânica do país voltada para fora.

De nosso ponto de vista esta geração contribui para o pensamento econômico brasileiro na medida em que dá centralidade à história e às relações sociais ocorridas no bojo da organização produtiva do Brasil para sua compreensão.

Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal carrega em seu título o recorte que mencionamos. Os espaços sociais indicados no título são os espaços de convivência do privado na estrutura de classe estabelecida pela forma de produção desenvolvida no Brasil.

Apesar de um maior interesse pelo detalhamento das relações desenvolvidas no âmbito da família, o trabalho de Freyre abre um caminho novo na historiografia brasileira. Porque até então a história da maioria dos povos limitava-se a episódios grandiosos: era um registro cronológico de

guerras e coroações, de atos de heroísmo e rebeldia, ilustrados com monumentos, estátuas equestres e condecorações. Este novo caminho coloca o povo como o ator da história e põe a história em movimento a partir do modo habitual de se produzir e reproduzir a vida material.

Freyre fez parte de um movimento intelectual que, baseado no trabalho de Franz Boas, criticou com veemência os determinismos biológicos e geográficos, além da crença no evolucionismo cultural. Boas apontava que cada cultura é uma unidade integrada, fruto de um desenvolvimento histórico peculiar. Enfatizou a independência dos fenômenos culturais com relação às condições geográficas e aos determinantes biológicos, afirmando que a dinâmica da cultura está na interação entre os indivíduos e sociedade. Freyre, então, propõe substituir o conceito de raça pelo conceito de cultura. No entanto, acaba caindo em um neolamarckianismo¹⁸ em que as raças se modificam ao se adaptarem ao meio (em especial ao clima, o que o colocou no campo da tropicologia por algum tempo).

Outro ponto muito interessante do projeto de Freyre que se inicia com *Casa Grande & Senzala* é o uso de pares antagônicos para compreender a dinâmica brasileira. Casa grande e senzala; cultura europeia e cultura indígena; cultura europeia e cultura africana; o jesuíta e fazendeiro; economia agrária e economia pastoril; o senhor e o escravo são exemplos dos pares antagônicos que dão a dinâmica de seu argumento. No entanto, sua apresentação sintética não é exatamente de uma unidade de contrários, mas de um equilíbrio estabelecido entre estes opostos, uma síntese na docilidade acompanhada pelo mando. Estas duas maneiras de ser seriam “duas metades confraternizantes que se vem mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”: ainda que por meio de descrições de sadismo, violência sexual e submissão. É neste contexto que aparece a miscigenação como solução para a integração harmônica de contrários no Brasil, como um encontro intercultural nos trópicos. É o encontro entre o português visto como contemporizador e plástico, um homem sem ideias absolutas nem preconceitos inflexíveis e os escravos africanos. Porém, este encontro tornado possível pela especificidade da escravidão brasileira, que apesar de violenta, admite proximidade e influencia recíproca entre culturas dominantes e dominadas, é um encontro entre dominantes e dominados, regado de perversão e sadismo, no qual a igualdade estaria restrita ao coito.

É deste processo de equilíbrio pela dominação que Freyre retira o que considera ser a singularidade da formação social brasileira: a família patriarcal. De seu ponto de vista há uma extraordinária influência da família na organização social brasileira, pois reunia em si toda a sociedade, dada a distância do Estado português. Ao mesmo tempo indica que existe uma permanente “ambiguidade” cultural brasileira dada pelo embate entre a tradição patriarcal (sec. XVI, XVII e XVIII) e o processo de ocidentalização da Europa “burguesa” (sec. XIX).

Sergio Buarque de Holanda tem uma contribuição diferente. Como já adiantamos, nos anos 1930, já era um modernista crítico. Tão crítico que havia sido alijado até mesmo pelos modernistas a partir da publicação de seu texto *O lado oposto e os outros lados* em 1926. Nos anos 1930 vai para Berlim onde toma contato com a sociologia ensinada e debatida na Alemanha da época – Max Weber, Georg Simmel, Wilhelm Dilthey, Karl Mannheim, Georg Lukacs, Croce, Vico, Krakauer, Sombart, entre outros. É na Alemanha que escreve os textos que seriam publicados como *Raízes do Brasil* em 1936. Para Antônio Cândido, Sérgio Buarque possui:

“A única das explicações do Brasil daquele tempo composta em função do presente. (...) a referência ao presente se orientava por uma percepção aguda da dialética latino-americana em geral, brasileira em particular, da insubordinação e da submissão, cuja consequência política é o jogo de autoritarismo e rompante libertário.” (MELLO E SOUZA, 1967).

Teixeira (2002) aponta que o trabalho de interpretação do Brasil de Sergio Buarque nos anos

¹⁸ Noção neolamarckiana de raça: caracteres adquiridos pelos homens ao se adaptarem ao meio de finem sua raça.

1930 pode ser encarado como “meio alemão”, pois nutre-se de um hegelianismo difuso e de uma forte influência da escola histórica alemã. Os autores dessa tradição eram críticos ao liberalismo inglês; lutavam pela reforma social, embora, no plano teórico, fossem avessos a receitas (típicas do liberalismo que criticam); recusavam as generalizações amplas, peculiares a todas as filosofias da história: “a própria idéia de uma teoria simples da evolução histórica lhes parecia errônea e não científica” (Teixeira, 2002); criticavam análises isolantes dos fenômenos econômicos, acreditando que se perdia a essência dos mesmos quando os isolávamos.

O sentido de *Raízes do Brasil* é avaliar as dificuldades e possibilidades de se estabelecer a democracia no Brasil. Tal como já destacado parte da colonização portuguesa, no entanto não se furta a caracterizar o português como um homem socialmente plástico e Portugal como uma nação entre Europa e África. Aponta que o sucesso da colonização portuguesa nos trópicos tem relação com seu desleixo, a disposição de confundir-se com as linhas da paisagem, ao mesmo tempo em que não visa criar aqui nada, apenas explorar comercialmente. Ainda caracteriza a colonização como se assentado sobre a cultura da personalidade, na qual a ética aristocrática de pouco valor ao trabalho criou a dificuldade de fazer vingar o associativismo e a solidariedade determinando uma prevalência do espaço doméstico sobre o público. Tal hipertrofia do ambiente doméstico implicaria em uma herança rural de forma política autoritária. Esta forma política teria em sua origem a “natureza” do povo brasileiro: a cordialidade. O sentido desta cordialidade é normativo, implica que os brasileiros obedecem ao imperativo do coração e não a normas impessoais abstratas, tornado a democracia no Brasil “um mal entendido” (Holanda, 1936, p.113).

Assim, a interpretação de nosso autor urge como um contraponto às visões conservadoras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre cuja valorização da herança ibérica é notória. Para Sergio Buarque nossa revolução, que estaria em curso e seria lenta e gradual, era a libertação das raízes ibéricas: abrindo espaço para organizações sociais democráticas com conteúdos novos, diferentes dos europeus.

A grande formulação do intérprete é que o Brasil não é suas raízes. O Brasil é um local de desterro: um projeto de futuro sem passado ou presente, com um povo em eterno movimento indicando que nossa identidade está projetada em um futuro que ainda não se sabe o que é.

Porém, Teixeira (2002) nos faz perceber que exatamente o que dá força a interpretação de Holanda para renovar a trajetória de sua atividade é também a origem de seus limites.

“Seu método será sempre o da composição de painéis totalizantes, nos quais a singularidade dos fenômenos contemplados não permite a generalização das leis de movimento; sua visão do presente nunca se apresentará claramente e sua proposta de futuro nunca assumirá contornos concretos, pois supõe um Estado abstrato e virtual visto como realização da liberdade; sua dialética jamais deixará de ser a dialética da razão.” (TEIXEIRA, 2002)

Podemos agora afirmar que Sergio Buarque de Holanda influencia muito o pensamento econômico brasileiro na medida em que abre o espaço para a percepção do Brasil como uma formação social nova, não identificável com a europeia apensar de herdeira e submetida a ela. Afirma nossas relações sociais de produção como específicas e a necessidade de constituí-las como objeto delimitado e a ser analisado com método próprio. Tal postura tem forte reverberação no entendimento, por exemplo, do Brasil como uma estrutura subdesenvolvida, dependente do capitalismo central, porém com história e formação própria neste contexto e não como um simples reflexo da economia e das formações sociais europeias.

As influências mais profundas, talvez, entre os originais intérpretes do Brasil sobre o pensamento econômico brasileiro precisam, no entanto, serem recuperadas no pensamento de Caio Prado Junior. Em *Evolução Política do Brasil*, seu primeiro texto de intervenção no debate, nos anos 1930, já continha os elementos que se desenvolveram na interpretação histórica dominante sobre a colonização brasileira.

Muitas de suas teses são tão difundidas que quase mais ninguém sabe que foi ele seu autor. É raro encontrar alguém que ainda pesquise a história econômica do Brasil e pense que houve um passado feudal no país, ao mesmo tempo, todos percebem a colonização Brasileira, não como algo particular, mas no contexto da expansão marítima europeia. No entanto, poucos sabem que ambas as noções foram formuladas por Caio Prado Junior.

Em sua época suas teses foram recebidas a quente: dentro de seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, houve quem afirmasse que “negar restos feudais sem provar [...] é clara manifestação do que se pode chamar ideologia estranha ao proletariado infiltrada no partido.” (Martins, 1947). Porém a questão em Caio Prado era metodológica. Não viu o materialismo histórico como um conjunto de fórmulas com pretensão valor universal e não aceitou as teses da 3ª internacional para os “países coloniais, semicoloniais e dependentes” transmitidas de Moscou para o *Bureau Sulamericano da Internacional Comunista* (localizado em Montevideu) e irradiadas de lá como modelo único, recomendando a todos a criação das condições para a realização de uma revolução burguesa. No entanto, nunca foi relativista ou adaptacionista teórico, “até porque se seu marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não seria mais marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão quase não mediatizada da realidade” (Ricupero, 2009, p.230). Assim, Caio Prado Junior não deixa de afirmar o marxismo como método para a interpretação de diferentes experiências históricas. Realiza assim, a nacionalização do marxismo, a tradução desta teoria para as condições da realidade brasileira.

É partir desta interpretação do Brasil sob a batuta do marxismo que Prado Junior elege a centralidade de sua pesquisa como relação entre colônia e nação. Desta forma, um dos seus principais eixos de discussão é a transição entre a situação colonial e a situação nacional. Para tanto, era necessário o diagnóstico da nossa situação colonial. Caio Prado vê o Brasil Colônia como formado no contexto da expansão ultramarina europeia, sendo uma colônia de exploração. Tais colônias teriam como característica a produção de bens de alto valor no mercado externo, organização produtiva em grandes unidades (grandes propriedades) e utilização preponderante de trabalho escravo. O sentido da colonização brasileira seria produzir bens demandados pelo mercado externo.

Esta estrutura econômica teria consequências fortes sobre o Brasil, pois a sociedade e a economia se organizavam a partir deste objetivo externo e desconheciam as necessidades da população, os homens e as poucas mulheres que para cá vieram da metrópole seriam movidos apenas por considerações mercantis, não pensariam em criar sociedade aqui, na verdade não pensariam em criar praticamente nada aqui, seriam aqueles que desejavam, sobretudo, ser dirigentes, não “meros” trabalhadores.

É a partir desta avaliação da realidade histórica brasileira que Caio Prado propõe que as colônias de exploração reduziam-se a uma “vasta empresa comercial”, com ausência quase total de superestrutura: escravidão estava baseada em relações de força. Lembrando-nos do estudo de Joaquim Nabuco, Caio Prado afirma que de fato não havia nenhuma lei que falasse de escravos. Simplesmente não havia referência do Estado à existência de escravos. Não havia nem mesmo um código negro.

Assim, a vida orgânica da colônia era ligada à grande exploração que produzia os bens demandados pelo mercado externo. Como as necessidades da população eram ignoradas para este fim, o consumo desta população era atendido pelo setor inorgânico. O setor inorgânico era aquele que não pertencia à grande exploração e nela tinha papel subalterno.

A estrutura social colonial refletia esta divisão da colônia entre orgânico e inorgânico: senhores rurais e escravos. Porém, com o tempo, vai aumentando o número daqueles cuja situação social é pantanosa, os “desclassificados”, aqueles que não têm lugar nesta divisão social. É neste grupo social crescente que Caio Prado deposita suas esperanças de transformação. Para ele é este grupo social que aponta para a orientação que a nação brasileira deve seguir no futuro.

Conforme já afirmamos, o conceito de nação é central na pesquisa do historiador paulista. Em sua concepção, a nação para existir deverá atender as necessidades internas da população. Porém percebia que o Brasil tinha enormes dificuldades de constituir-se como nação porque mesmo após a independência, a orientação principal da vida brasileira continuava a estar voltada para fora dela. Mesmo assim destaca o fato de que a formação de um Estado Nacional marca uma nova fase na história brasileira.

Na formulação de Caio Prado o movimento da transformação viria da contradição fundamental presente no Brasil de seu tempo: um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. Era a contradição entre a estrutura econômica e organização político-jurídica copiada dos Estados liberais do centro capitalista.

De nosso ponto de vista, a interpretação de Caio Prado sobre o Brasil deixa, além de toda uma nova perspectiva de história econômica, dois grandes legados para o pensamento econômico brasileiro. O primeiro se refere a sua visão sobre a continuidade com o passado, presente nas estruturas agrárias brasileiras. Caio Prado afirmava que questão agrária impedia a formação do mercado interno necessário para a constituição da nação e este foi um gigantesco ponto de reflexão dos economistas brasileiros ao longo do século XX. Por outro lado, revelou a necessidade de se pensar o Brasil como parte de um sistema mundial (crise de 1929 e segundo pós-guerra) e não ficar em busca de suas idiosincrasias e individualidades do país, movimento preponderante das interpretações do Brasil até então.

4. Conclusão:

O objetivo neste texto foi destacar no pensamento dos intérpretes do Brasil do período que ficou conhecido como o das interpretações do Brasil (1880-1930) os elementos mais importantes que tivessem influenciado a origem do pensamento econômico brasileiro. Nossa pesquisa pretendeu encontrar nestes autores as discussões das estruturas econômico-sociais brasileiras que ganham centralidade em suas visões sobre o Brasil e que dão a origem ao campo de reflexão que será encampado pelo pensamento econômico brasileiro.

Conforme afirmou Lapa (1980), antes de nós, para analisarmos o pensamento econômico brasileiro engendrado por este debate precisamos perpassar diversos elementos, tais como,

“as acirradas discussões sobre a estrutura fundiária, a renda da terra e o lucro agrícola, o papel do Estado, a natureza das relações de produção, o desempenho das forças produtivas, a expropriação dos produtores diretos, a forma da propriedade (o proprietário fundiário e o capitalista), os fugidios processos de acumulação, a origem e/ou destino dos excedentes, o caráter e a dinâmica do capital, o alcance de sua dominação, o processo e condições da organização do trabalho, e por aí afora, se quisermos ficar ao nível econômico-social, têm-nos levado aos exercícios teóricos mais refinados para ajustá-los às nossas concepções conceituais e/ou a investigações empíricas – macro ou microeconômicas – objetivando surpreender dados concretos que nos remetam à reelaboração daquelas concepções.” (Lapa, 1980, p. 20).

Propomos então que para continuar esta pesquisa e chegarmos à compreensão dos trabalhos dos intérpretes do Brasil, buscando acessar os elementos econômicos de seu pensamento, seria um bom método mergulhar em seus textos, sob a inspiração de Candido (1986), buscando encontrar:

- a) Sua visão sobre a população;
- b) A forma como encaram o trabalho;
- c) A maneira como descrevem a oligarquia;
- d) Seu modo de avaliar o imperialismo;
- e) A forma como pensam a produção;

f) E sua concepção sobre a estrutura da sociedade

Imaginamos que estas seriam boas chaves de acesso ao pensamento econômico brasileiro contido nas interpretações do Brasil e pretendemos explorá-las.

Bibliografia:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª edição, [1988] (2000).

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, André. “Prefácio: Intérpretes do Brasil, nosso antepassados?”. *In*: RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] (2011).

_____. “Ariel.” *in* **Revista do Brasil**, nº53, São Paulo, 1920. (Mais recentemente republicado em Barbosa, Francisco de Assis (org.), **Raízes de Sergio Buarque de Holanda**, Rio de Janeiro: Rocco, 1989).

_____. O lado oposto e os outros lados. *In*: **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, 1926. (Mais recentemente republicado em Barbosa, Francisco de Assis (org.), **Raízes de Sergio Buarque de Holanda**, Rio de Janeiro: Rocco, 1989).

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 1º. Volume: 1750-1836; 2º. Volume: 1836-1880. 8ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia Ltda., [1959] (1997).

_____. “O significado de raízes do Brasil”. *In* BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] (2011).

_____. “Radicalismos”. *In*: **Estudos Avançados** 4 (8), 1986.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de, “André Rebouças e a questão da liberdade”. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. *In*: _____. **Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, [1988] (2011).

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**, Coleção Intérpretes do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1902] (2000).

CURTY, Curty. **David Ricardo sob a Ótica de Karl Marx: Apontamentos sobre História do Pensamento Econômico e Ideologia**. 2012. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político Brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª edição, São Paulo: Globo, [2005] (1975).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**, Coleção Intérpretes do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1933] (2000).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1958].

HOBSBAWM, Eric. “O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo”. *In*: **Novos**

Estudos Cebrap n° 43, 1995.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.) **Modos de produção e realidade brasileira**, p. 9-42. Petrópolis: Vozes, 1980.

LIMA, Nisia Trindade, “Euclides da Cunha: O Brasil como sertão.” In: BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MALTA, Maria Mello de. **Controvérsia sobre a teoria da acumulação de James Steuart**. 2005. Tese de Doutorado – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2005.

MALTA, Maria Mello de *et alii*. “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. In: MALTA, Maria Mello de. (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 23-52.

MARTINS, Ivan. “Sobre o camarada Caio Prado Junior”. In: **A classe operária**, 4/5/1947, p.3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição à crítica da Economia Política**, [1859]. In <http://www.vermelho.org.br/biblioteca.php?pagina=critica.htm>.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**, Petrópolis: Vozes, [1884] (2012).

POLANYI, Karl. **A grande transformação**, São Paulo: Campus, [1942] (2000).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, [1933] (2007).

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**, Coleção Intérpretes do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, [1942] 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, [1995] (2013).

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. [1940] (1970).

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro. In: **Estudos Avançados** 19 (53), 2005.

_____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. **Caio Prado Junior e o lugar o Brasil no mundo** in In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

SZMRECSÁNYI, Tamaz. Sobre a Formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado. In: **Estudos Avançados** 13 (37), 1999.

TEIXEIRA, Aloisio. “Posfácio”. In: MALTA, Maria (coord.) **Ecos do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro**. IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de

Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 329-352.

_____. “Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados”. In **Revista Tempo Brasileiro**, nº149, **Repensando o Brasil com Sergio Buarque de Holanda**, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2002.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**, Coleção Intérpretes do Brasil, RJ: Nova Aguillar, (1920) 2000.